

Revista
PRAIAVERMELHA
Estudos de Política e Teoria Social

v. 23 n. 2
Julho/Dezembro 2013
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 23	n. 2	p. 321-624	Jul/Dez 2013
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

Políticas Sociais na perspectiva socialista, a partir da experiência cubana

Eliane Ganev

RESUMO

Nosso objetivo é discutir políticas sociais a partir da mais longa dentre as experiências de materialização da utopia socialista: a revolução cubana. Em termos metodológicos, utilizamos de fontes secundárias para os dados históricos e estatísticos sobre o país, aí agregando um exercício analítico. Além da Introdução, o texto resgata elementos da formação social cubana; segue com informações relativas às suas principais políticas sociais (terras, moradias, trabalho e salários, educação, saúde, esportes, cultura, cidadania, justiça, impostos, proteção social); e apresenta reflexões sobre as relações entre políticas sociais, movimentos sociais e organizações sócio-políticas à luz do referencial teórico marxiano e da experiência de materialização do socialismo cubano, examinando o processo de passagem da situação revolucionária para uma nova cotidianidade capaz de propiciar a superação relativa da alienação inerente ao capitalismo, como também a sustentação política cinquentenária da construção socialista local.

PALAVRAS-CHAVE

Socialismo.
Políticas sociais.
Movimentos e organizações sociais.

Recebido em 11/11/13.

Aprovado em 22/07/14.

Social Policies in the socialist perspective, as from the cuban experience

Our objective is to discuss social policies from the most long-lived among the experiences of materialization of socialist utopia: the Cuban revolution. In methodological terms, we used secondary sources for historical and statistical data on the country, then adding an analytical exercise. Besides the Introduction, the text rescues elements of the Cuban social formation; follows with information regarding their main social policies (land, housing, labor and salaries, education, health, sports, culture, citizenship, justice, taxation, social protection); and offers reflections about the relationship between social policies and socio-political movements and organizations in the light of Marx's theoretical framework and experience of materialization of Cuban socialism, examining the process of moving from revolutionary situation to a new quotidian, able to provide a relative overcoming of the alienation inherent in capitalism, as well as political support of the fifty year local socialist construction.

KEYWORDS Socialism. Social policies. Social movements and organizations.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 23	n. 2	p. 491 - 522	Jul/Dez 2013
------------------------	----------------	-------	------	--------------	--------------

Introdução

O artigo ora apresentado ao leitor é produto da adaptação de um roteiro de aulas da disciplina de Políticas Sociais, integrante do Programa de Mestrado de Políticas Sociais da instituição de ensino superior onde a autora leciona; foi inicialmente esboçado como um longo e detalhado *informe* baseado em fontes secundárias¹, seguido de umas poucas pontuações analíticas. Nosso objetivo, na disciplina como aqui, é o de pensar o campo das políticas sociais em suas relações com movimentos e organizações sócio-políticas, a partir da mais duradoura e exitosa experiência de materialização da utopia socialista: a revolução cubana. O interesse suscitado pelo tema e por seu enfoque, aumentado pela ignorância sobre o que se passou e se passa em Cuba, inclusive no meio acadêmico, nos motivou a refazer o roteiro de forma resumida, com a finalidade de apresentá-lo para publicação².

1 É pertinente, pois, comentá-las desde já: incluem o clássico *A Ilha*, do jornalista Fernando Morais (1976, reeditado em 2010), uma consistente reportagem, possivelmente dentre as primeiras que foram realizadas e que trouxeram um panorama geral da nova organização econômica, política, social e cultural inaugurada em 1959 em Cuba; o também clássico estudo sociológico de Florestan Fernandes: *Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana* (1979, reeditado em 2012); a apostila *História das Revoluções e do Pensamento Marxista*, do Núcleo de Educação Popular (NEP) 13 de Maio (organizada nos anos 1990 como material didático do Programa de Formação de Monitores da entidade; seu texto sobre a revolução cubana — disponível em meio eletrônico a partir de 2007 — foi elaborado com base nas duas obras acima, como também em pronunciamentos oficiais e textos de autoria dos líderes da revolução); por fim, o recém-publicado *Cuba Sem Bloqueio*, dos também jornalistas Hideyo Saito e Antonio G. Haddad (2012), que traz panorama similar ao de Morais, relativo, porém, ao momento atual; construído através de metódica pesquisa, a maior parte dos seus dados e informações datam de 2006 a 2008 e, eventualmente, 2009. Tem, portanto, a vantagem de oferecer um quadro geral posterior à grande e prolongada crise que o pequeno país viveu, desde os anos 1990 até o final do século XX, discutida mais à frente (sendo esta a razão pela qual oferecemos dados anteriores e posteriores a essa crise).

2 Não nos satisfaziam as abordagens críticas usuais da disciplina de Políticas

Assim, este artigo restou organizado nas três seções a seguir, sinalizadas por subtítulos: a) aspectos da história do país anteriormente a 1959, resgatando elementos que levaram ao movimento revolucionário, o qual é tratado tão somente para, de algum modo, permitir que se perceba a sua natureza e principais configurações face à própria sociedade cubana; b) uma descrição das principais políticas adotadas nos primeiros anos de reorganização profunda do país, detalhando: resultados iniciais; os modos e processos pelos quais foram concebidas, aprovadas e implantadas; e ainda, informações atuais das mesmas áreas ou setores de políticas. Vale destacar o propósito de manter aqui tal longo *informe*: a partir da Revolução, Cuba tornou-se, pela primeira vez em sua história e mesmo na história mundial, *um Estado de Direito sem similar*. As próprias concepções sobre direitos e deveres dos cidadãos, sobre os critérios e modos de distribuição de riquezas materiais e imateriais, em especial do poder político — numa palavra, sobre a vida humana em sociedade, foram radicalmente revistas pela virtual totalidade da população. Assim, examinar tal processo poderá talvez permitir a apreensão de um elemento essencial da experiência cubana — na verdade, uma hipótese analítica que perpassa o presente estudo: a de que o coração da continuidade e da persistência da perspectiva socialista em Cuba parece bater antes em seus processos políticos, compreendidos em sua capilaridade e cotidianidade, do que em seus resultados propriamente econômicos ou materiais; c) por fim, apontamos também alguns outros elementos analíticos, mirando, não as perspectivas postas no horizonte cubano (quanto a eventuais continuidades, aprofundamentos ou retrocessos da sua revolução); mas sim com foco nas relações entre políticas sociais e movimentos/organizações sócio-políticas, sob a inspiração do referencial — teórico, filosófico, político e metodológico — de Marx, *tal como entendemos que pôde ser mais profundamente alcançado e recriado na história humana*, ao menos até aqui.

Sociais que, em geral limitadas ao ocidente, abarcam os processos sócio-econômicos, políticos e culturais desde pouco antes da Revolução Industrial até chegar ao estudo dos modelos de *Welfare State*, de sua crise e subsunção ao neoliberalismo; chegam afinal a discussões sobre os rebatimentos neoliberais no campo das políticas sociais, sobre as crises que eclodiram a partir de 2008 e as perspectivas (em geral sombrias) do capitalismo globalizado. Entendíamos ser imprescindível agregar a estas abordagens um contraponto que *entrasse no mérito das construções do socialismo real* (sócio-econômicas, políticas e culturais), ainda que de forma dificultada, dentre outros fatores, pela escassa produção bibliográfica.

Com efeito, é deste modo que a experiência cubana é aqui concebida: como a materialização do “socialismo real” mais e melhor identificada com os projetos socialista/comunista. Estes, ao contrário das pregações pós-modernas, seguem vivos enquanto utopias libertárias — ainda mais incompreendidas do que sempre, porém, presentes nas mentes e corações humanos em todas as regiões do globo — tal como temos visto, sobretudo a partir de 2008, através da eclosão de manifestações de massa no mundo, incluso o Brasil. Isto porque o capitalismo, embora tão hegemônico como nunca, permanece visceralmente incapaz, não só de distribuir riquezas, mas, sobretudo, de materializar potencialidades, desejos, expectativas, energias, inteligências e sensibilidades humanas de modo generalizado e democrático — por mais que as manipule e deforme em seus próprios interesses³. Por outro lado, sabemos que a “mera” eclosão de manifestações amiúde não conduz por si a resultados superiores em relação às demandas que as produziram. Assim, interessa-nos explorar, ainda que sucintamente, uma experiência singularmente exitosa no que se refere a catalisar anseios e energias coletivos na produção sistemática de realidades com eles sintonizadas, em termos de políticas voltadas ao desenvolvimento do gênero humano — sendo esta a principal razão da escolha de Cuba, dentre as revoluções do século XX que pretenderam guiar-se por aqueles projetos⁴.

Dito isto, a seguir buscaremos vislumbrar os macro-processos históricos, sociais, econômicos e políticos dos quais emergiu *a primeira experiência revolucionária na qual todas as políticas tornaram-se afinal sociais*.

3 Ver, a esse respeito, a análise de Netto (2007) acerca do não equacionamento do tema das liberdades individuais, nem nas experiências russa e chinesa, nem nas limitadas e compulsórias auto-reformas capitalistas do Welfare State, propiciando o recrutamento das leituras (neo) liberais deste tema no final do século XX, em farsesca — e nefasta — repetição histórica do liberalismo clássico.

4 É verdade que a virtual inexistência de dados confiáveis acerca das demais revoluções socialistas — soviética e chinesa, mas também dos demais países da Europa Oriental, apenas para citar as mais significativas em abrangência territorial e populacional — teriam inviabilizado outras escolhas. Embora tais experiências tenham sido derrotadas, consideramos, por isso mesmo, que o seu estudo sistemático permanece como demanda acadêmico-política não equacionada, como lacuna no estudo (não só, mas também) das políticas sociais.

Elementos da formação sócio-histórica da sociedade cubana

O que vem a seguir é um apanhado — seletivo e sintético — feito a partir do texto sobre a revolução cubana constitutivo da Apostila apresentada na Nota nº 01 (NEP 13 DE MAIO, mimeo, s/d, p. 72 a 77). Por isso, o faremos em forma de itens:

- Território: 110.800 km². População atual: 11 milhões e habitantes (os números equivalem ao nosso Piauí em termos territoriais e à capital de São Paulo em termos populacionais)⁵;
- Cuba foi colônia espanhola e viveu — como nós — sob escravismo até 1886. A produção de açúcar, ampliada com a concentração da propriedade da terra, o uso de maquinário e o aprimoramento dos meios de transporte, transformou a pequena ilha numa “presa colonial” tentadora e, já desde 1818, a Espanha autorizou a venda do açúcar cubano para os Estados Unidos. Em meio a duas guerras por independência, lideradas pela burguesia açucareira, ampliaram-se os vínculos com os EUA; assim, no século XIX a ilha já dependia economicamente da potência, embora permanecesse sob domínio político espanhol. Em 1889 ocorre a guerra hispano-americana, com a derrota dos espanhóis, mas sem vislumbre de emancipação para os cubanos, que ficaram sob ocupação militar norte-americana até 1902; e, à sua Constituição foi acrescentada a *Emenda Platt*, pela qual: o governo cubano não poderia fazer pactos ou tratados com qualquer outra potência estrangeira; permitiria intervenção norte-americana para “preservar a independência cubana” em face da “liberdade individual e a propriedade”; venderia ou alugaria terras a norte-americanos, para extração de carvão e criação de bases navais de acordo com o Presidente dos EUA – a base de Guantánamo data desta época; e ratificavam-se todos os decretos dos EUA em Cuba durante a ocupação militar. Assim, a indústria local foi freada e o capital norte-americano apropriou-se dos serviços públicos, da destilação de petróleo, mineração, bancos e produtos industrializados importados dos EUA, dividindo ainda com o capital cubano a produção de açúcar, o turismo (leia-se jogo & prostituição, viabilizados com “mão-de-obra” local) e a criação de gado (Op. cit., p. 72 e 73).

5 Poucos anos antes da vitória da Revolução, o recenseamento nacional de 1953 revelou que a população cubana estava em torno dos 6 milhões de habitantes (Op. cit., p. 75).

- Extremas violência e dependência dos EUA perdurariam até 59. Já entre 1906 e 1909, nova ocupação militar norte-americana sufocou rebeliões liberal-populares. E sucessivos governos ditatoriais provocaram forte nacionalismo antiamericano e contrário à burguesia local, acertadamente identificada pela população como ligada aos interesses imperialistas na ilha. Entre 1933 e 1934 houve um curto período de reformas após uma revolta popular, com apoio do Partido Comunista, garantir a presidência da república a Ramón San Martín, que revogou a *Emenda Platt*, criou o Ministério do Trabalho, legalizou o voto feminino e a autonomia universitária. Por ironia, tal reformismo projetou politicamente o então sargento e logo coronel Fulgêncio Batista, futuro ditador (idem, p. 74).
- No contexto do primeiro pós-guerra mundial, da crise de 1929 e da ascensão do nazismo, os EUA substituíram as práticas abertamente repressivas por manobras políticas em Cuba: em 1940 foi convocada uma Assembléia Constituinte; falou-se de eleições gerais; presos políticos foram libertados e a oposição pôde se pronunciar. Batista (que há anos já dirigia de fato) foi eleito presidente e foi aprovada a Constituição. Em 1944 e 1948, foram eleitos presidentes, respectivamente, Ramón San Martín e Carlos Prío, mas seus mandatos foram marcados por corrupção e violência. Assim, na entrada dos anos 1950 tomou corpo um movimento de oposição pequeno-burguês, aglutinado no Partido Ortodoxo (PO). Mas, pouco antes das eleições, em 1952, Fulgêncio Batista deu o golpe de Estado que o colocou novamente no poder, agora sob uma ditadura militar que só seria derrubada em 1959, pela revolução liderada por Fidel Castro, então membro do PO (idem, p. 73).
- Inicialmente, o PO inspirava-se nas idéias de José Martí e propunha reformas sociais e econômicas, nacionalismo e democracia. Mas, as lideranças partidárias se convenceram de que a democracia só seria conseguida por vias revolucionárias. Foram então projetados e realizados (em 26 de Julho de 1953) os ataques a Moncada, importante depósito de armas, e ao presídio político de Santiago, como etapa inicial da conquista do poder político, resultando em fracasso com muitas mortes em combate (ou depois das prisões) e poucos sobreviventes. No processo judicial contra estes últimos, Fidel foi condenado a 19 anos de trabalhos forçados; ficou preso até

55 e, anistiado, exilou-se no México. Como saldo desses episódios, tem-se: o Movimento 26 de Julho, aglutinando as lideranças mais progressistas; o protagonismo de setores pequeno-burgueses na luta contra a ditadura e mesmo pela supressão do sistema; e o esboço da ideologia da ação revolucionária, baseada no nacionalismo, na luta armada e no anti-imperialismo (idem, p. 74).

- No México, menos de 100 guerrilheiros se prepararam e, em 1956, retornaram à ilha no iate *Granma*. Os onze sobreviventes desta ação se refugiaram na *Sierra Maestra*, onde “aprenderam a respeitar ao camponês e ao trabalhador, vivendo com eles” (Che Guevara, *apud* op. cit., p. 74), crescendo em número e organização. Houve a princípio uma aliança com a burguesia, que apoiou a substituição de Batista em troca do respeito à propriedade privada. Na *Sierra*, os guerrilheiros tinham total apoio dos camponeses; havia comissões e jornal clandestinos nas cidades (em 1957, uma onda de greves varreu a ilha); já em 58, emissões da *Rádio Rebelde* desmentiam falsas informações governamentais e divulgavam os progressos da guerrilha. A ditadura lançou então doze mil soldados na *Sierra*, com bombardeios aéreos (com *napalm*) e incêndios. A operação fracassou e a guerrilha lançou a contra-ofensiva vitoriosa, ocupando cidades e províncias de Cuba. Em 1/1/1959, Batista renunciou e fugiu para o exílio. No dia seguinte uma greve parou o país e os guerrilheiros ocuparam Havana. Começava aí a fase de construção de uma sociedade singular, fadada a sofrer décadas de poderosa reação, sem abdicar daquela construção (idem, p. 75).
- Dentre as primeiras medidas, houve a dissolução do exército regular e a destruição do aparato policial repressivo criado por Batista. Começaram a aparecer cada vez mais nitidamente diferenças entre as classes que inicialmente apoiaram a Revolução: uma vertente *liberal burguesa*, e outra *radical popular*, divergiam sobre os rumos a serem tomados. A burguesia não tinha como abraçar um projeto nacionalista sem romper com o imperialismo, então, após oscilar, passou finalmente à contra-revolução, abandonando em massa a ilha e indo articular-se em Miami (EUA), de onde, até hoje tenta restaurar, pela força, o capitalismo em Cuba. Já as massas camponesas e proletárias aderiram a reformas que foram se desenhando como socialistas e que só puderam implantar-se em razão desse apoio massivo,

também permanente e que atravessou toda a segunda metade do século XX. A polarização levou a retaliações do governo norte-americano, respondidas com mais radicalização do processo cubano, numa dialética que motivou a população local a alcançar graus de organização e de consciência social jamais materializados (idem, p. 76).

Assim, após essa pontual revisão histórica, passaremos logo à apreciação das principais políticas adotadas desde pouco antes da vitória do movimento revolucionário — visto que novas elaborações jurídico-políticas foram adotadas ainda na *Sierra Maestra*⁶.

Meio século de políticas sociais: de 1959 a 2009

A partir dos primeiros meses e anos do que viria a ser uma construção hoje mais que cinquentenária, a população da ilha conheceu um longo período de relativa estabilidade em termos políticos *internos*⁷, e econômicos (para além das dificuldades estruturais do país⁸), até a crise dos anos 1990, discutida a seguir. Desse modo, será importante já destacar que tal *estabilidade* predominante, portanto, nos 30 anos iniciais do socialismo em Cuba, difere essencialmente da *fórmula* à qual o conceito nos remete no mundo ocidental: crescimento econômico (= concentração de riquezas materiais) + inércia social & governabilidade (= concentração do poder político). Pelo contrário, tratou-se de uma paradoxal e prolongada *permanência de (inimaginável) efervescência sócio-política no cotidiano*, propiciada pela ruptura dos mecanismos e dinâmicas da alienação (material e imaterial). Discutiremos esse aspecto na seção final do artigo, mas quisemos antecipá-lo no presente tópico para que o leitor possa apreciá-lo por si mesmo desde já, na descrição a seguir.

6 Para aprofundamentos sobre a história anterior à revolução, ver a já citada obra de Fernandes (2012), que serviu de base à Apostila (nosso texto já estava escrito quando localizamos um exemplar desta obra clássica).

7 Para uma apreciação do alto grau de tensão permanente do clima político de Cuba, relativamente às reações da burguesia auto-exilada em Miami e dos sucessivos governos norte-americanos, ver o *thriller* jornalístico, também de Fernando Moraes, intitulado *Os Últimos Soldados da Guerra Fria – a história dos agentes secretos infiltrados por Cuba em organizações de extrema direita nos Estados Unidos* (2011).

8 A exemplo da problemática safra agrícola de 1970, uma referência que não poderemos discutir aqui – ver Fernandes (2012, p. 191 e 192).

Além disso, cabe considerar que, entre os primeiros anos revolucionários e os dias atuais, precisamente a crise dos anos 1990 operou como um gigantesco e compulsório “freio de mão” da perspectiva socialista em Cuba. O chamado “período especial” da Revolução correspondeu a esta grave crise, desencadeada pela abrupta interrupção das diversas formas de subsídio oriundas da antiga União Soviética, em face do colapso do socialismo real no mundo (e particularmente em território russo e demais nações alinhadas do leste europeu). Não entraremos aqui no mérito destas relações, ademais sempre escancaradas ao mundo pela mídia ocidental, com as esperadas distorções, omissões e demais manipulações típicas (não só) da Guerra Fria. Registramos apenas que o corte tão súbito quanto absoluto dessa linha de ajuda repercutiu profunda e definitivamente nos rumos da experiência cubana⁹.

O que permitiu a Cuba emergir *ainda socialista* de tal crise foi o trato político dado ao fato. Ou seja, as mudanças emergenciais então realizadas pelo governo (abertura para o investimento externo, prioridade para o turismo, autorização para posse e uso de dólares americanos por cubanos, legalização de pequenos negócios particulares e criação de mercado livre para produtos agropecuários) foram debatidas diretamente pela população: “Cerca de três milhões de trabalhadores participaram das discussões,

9 Os dados falam por si: a antiga URSS fornecia 60% dos alimentos e 80% das máquinas e equipamentos; comprava 63% do açúcar a preços favorecidos, 95% dos cítricos e 73% do níquel cubanos. Já entre 1990 e 93, o PIB da ilha caiu 40%, a ociosidade industrial foi a 80% e a contração do comércio exterior, a 70%. A capacidade de importação caiu de 8,1 bilhões de dólares em 1989, para 2,3 bilhões em 92. A demanda interna de petróleo caiu pela metade. O déficit fiscal cresceu 150% e o câmbio saltou para 150 pesos por dólar em poucos meses. A produtividade média do trabalho desacelerou em quase 40%. Neste momento, o então Presidente norte-americano G. Bush (pai) convocou o mundo a estrangular de vez o regime cubano. As cidades ficaram sem luz até 16h por dia, mesmo no pior do verão. Espetáculos públicos, circulação de jornais e transmissões de rádio e TV foram reduzidas e/ou parcialmente suspensas. A produção anual de livros caiu de 50 para 5 milhões de unidades. Pela primeira vez desde 1959, o desemprego aumentou e chegou a 17% (embora com proteção social para os dispensados). A evasão escolar cresceu de 7% para 40%. O consumo geral caiu 30%, incluso na alimentação, levando o governo a produzir e distribuir maciça e gratuitamente comprimidos de vitamina B12, para prevenir o adoecimento da população. Deixou-se de investir na manutenção das estradas, cidades e frotas de veículos. Durante toda a década, o transporte rodoviário de cargas movimentou menos de 25% da tonelage transportada até 1989, enquanto o de passageiros movimentou menos de 20%. (SAITO e HADDAD, 2012, p. 167 a 169).

em mais de 80 mil locais de trabalho, de janeiro a março de 1994, sob a liderança da Confederação do Trabalho. Só depois as proposições foram encaminhadas para a Assembléia Nacional” (SAITO e HADDAD, 2012, p. 170). Foi assim, buscando as sabedorias, os anseios e o respaldo da população, que o governo da ilha pôde manter sua legitimidade e preservar a continuidade do socialismo em plena derrocada dos gigantes ditos socialistas, ainda que com graves arranhões locais.

Tais arranhões feriram mais que a *pele* cubana: a desigualdade social (agravada pela duplicidade monetária vigente a partir de 1993 e cuja extinção foi recém-anunciada em diversas mídias¹⁰) reapareceu em níveis até então inaceitáveis, assim como a prostituição e a corrupção. O governo tornou-se rígido no trato das vozes dissonantes. Os jovens que abandonaram a escola, pertencentes aos segmentos historicamente mais vulneráveis de Cuba, tornaram-se um grupo de risco a demandar políticas específicas para evitar agravamentos em suas condições de vida. Formaram-se cartéis nos agro-mercados e a diferenciação social apareceu inicialmente entre trabalhadores dos setores tradicionais e dos emergentes; depois, houve a distribuição geográfica das desigualdades (conforme se localizavam aqueles setores), em detrimento das províncias orientais. A pobreza urbana cresceu de 6,3% (1988) para 20% (99). Ou seja, valores caros ao socialismo foram parcialmente sacrificados, de algum modo arriscando a sobrevivência, a longo prazo, dessa experiência coletiva (Op. cit., p. 185, 341).

Mesmo com este quadro recente, predomina ainda na ilha um clima de equilíbrio social, não se configurando quaisquer das expressões da questão social típicas da globalização capitalista: criminalidade e violência urbana, tráfico e dependência de drogas, fome, trabalho infantil, abandono de crianças ou adultos, população em situação de rua. Os altos dirigentes da Revolução não enriqueceram e não se constituíram como elite. Mesmo a prostituição e o mercado negro, que cresceram a partir da crise, “retraíram-se sensivelmente a partir do ano 2000, quando começou uma leve recuperação da economia” (Idem, p. 84)¹¹. Já entre 2004 e 2007, a média

10 Ver, por exemplo: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,ameaca-de-inflacao-apos-unificacao-preocupa-analistas,1088571,0.htm>, acesso em 03/11/2013.

11 No socialismo, como nos lembra a dupla de autores, até um pequenino desafogo econômico “repercuta automaticamente nas condições de vida de todos” — ao contrário do que ocorre no capitalismo, aonde “a economia vai bem, mas o povo vai mal” cf. o ex-presidente brasileiro, general Médici (idem, p. 84).

anual de crescimento do PIB alcançou 9%, o consumo já havia aumentado substancialmente a partir de 2000 e a produtividade do trabalho cresceu 5% no período, enquanto a taxa de desemprego caiu a 1,8% e o salário médio subiu 5,4% (idem, p. 90, 181).

Após tais pinceladas desta década de sofrimentos e sacrifícios da população cubana — lembrando que estes nunca deixaram de existir, em face do embargo e das hostilidades antes mencionados — as informações que seguem assumem significados e proporções ainda mais profundos que os dos números e fatos *em si mesmos*.

Apresentaremos nos dados comparativos abaixo uma sequência de informações sobre as políticas da revolução cubana, comparando o panorama da primeira década e meia da Revolução (1959 a 1975) com a atualidade (primeiros anos do século XXI)¹². Em alguns casos, a quantidade de informações atuais era substancialmente maior do que aquelas dos primeiros anos pós-59; deslocamos então para notas de rodapé informações complementares que julgamos importante manter. Em outros casos, as fontes fazem alusão a aspectos distintos e não comparáveis entre si, situações em que optamos por agregar complementos ao final desta seção.

Dados comparativos 1: Políticas agrárias em Cuba

- *1ª década e meia da Revolução (1959-1975)*: A Lei nº3 da Sierra, de reforma agrária das montanhas, foi estendida a todo o país: ninguém poderia ter mais de 400 hectares de terra. Em 1960, a indústria açucareira foi estatizada; em 63 foram nacionalizadas as propriedades rurais com mais de 67 hectares. Foram redistribuídas as terras confiscadas, autorizada a continuidade de granjas individuais e estimulada a organização de cooperativas agrícolas. Quase 10 mil novas propriedades foram agregadas ao setor agrícola estatal, o que implicou a reorganização estrutural da produção, com a ampliação das Granjas Del Pueblo: fazendas do Estado com mão-de-obra assalariada, cujas famílias usufruem do direito à água, moradia, educação, assistência médica e energia gratuitas, com jornadas de trabalho de 8h diárias. Seu princípio básico: todos são donos da terra onde vivem, até o limite da lei (p. 125 a 128).

12 No exercício comparativo a seguir, os dados da 1ª década e meia da Revolução (1959-1975) foram sempre extraídos de Moraes (2010), enquanto os da 1ª década do século XXI (2004-2009) são sempre do trabalho de Saito e Haddad (2012), de modo que indicaremos apenas as respectivas páginas em cada bloco de informações.

- *1ª década do século XXI (2004-2009)*: Cuba tem área total de 11 milhões de hectares, dos quais 6,6 milhões agricultáveis. O solo cultivado compreendia, em 2006, 3,1 milhões de hectares (600 mil para cana, 700 mil para cultivos especializados, tais como tabaco e cítricos), 1 milhão para a produção de alimentos (dos quais, 700 mil sob a responsabilidade de cooperativas camponesas, 177 mil de empresas estatais e o resto de agricultores autônomos). Três modalidades de cooperativa respondiam por 65% dos alimentos produzidos no país, dos quais entre 70 e 80% seriam fornecidos ao Estado para distribuição social (cesta básica, hospitais, escolas, refeitórios das empresas, aposentados etc). Uma lei de transferência de terras em usufruto, aprovada em 2008, fez surgirem 110 mil solicitações, das quais, até 2009, haviam sido aprovadas 82 mil, com distribuição de 690 mil hectares (p. 175).

Dados comparativos 2: Políticas urbanas e habitacionais em Cuba

- *1ª década e meia da Revolução (1959-1975)*: A Lei de Reforma Urbana proibiu que se tivesse mais de um imóvel; ex-donos receberam indenização (vitalícia e não hereditária) pelo 2º imóvel (sendo expropriados dos demais). Ex-inquilinos compraram suas casas, pagando ao Estado parcelas proporcionais à renda. Casas abandonadas foram redistribuídas aos milhares como moradias. Em 1968, o déficit oficial de 100 mil casas/ano levou à criação das microbrigadas: ou grupos de construção: o Estado fornecia material, terreno, arquitetos, engenheiros e deslocava grupos de trabalhadores dos centros de trabalho, para construir conjuntos residenciais. Em 1974, as microbrigadas formadas (1.125) passaram a ceder membros para a produção de insumos da construção civil e de infra-estrutura dos conjuntos: mercados, berçários, piscinas, gabinetes médicos e praças de esportes (p. 77 a 82).
- *1ª década do século XXI (2004-2009)*: A Lei Geral da Habitação (1984) transferiu a titularidade de imóveis estatais a seus usuários e ocupantes legítimos; calcula-se que 85% das famílias cubanas são proprietárias das casas que habitam. Os novos proprietários pagam de 6 a 10% dos salários para amortizar o financiamento e são escolhidos em assembleias de trabalhadores por empresa, sob critério de merecimento, já que ainda não é possível oferecer moradia a to-

dos que necessitam, “...em oposição ao critério capitalista de elevar preços para conter a demanda [pois] neste caso, apenas os ricos têm acesso aos bens mais escassos” (p. 183). O déficit habitacional ainda é grande, em razão principalmente da insuficiência de materiais para construir novas e reformar antigas unidades, como também dos furacões e tormentas tropicais (p. 183).

Dados comparativos 3: Política salarial em Cuba

- *1ª década e meia da Revolução (1959-1975)*: A diferença entre os maiores e menores salários ficou entre as menores do mundo (80 e 350 pesos) e poucos recebem só o mínimo (jornalista: 2.000,00 pesos; ministro: 2.700,00; motorista: 1.500,00). Como não há inflação, os reajustes são desnecessários (p. 77 a 78).
- *1ª década do século XXI (2004-2009)*: Pela lei salarial em vigor desde os anos 80, a diferença entre o menor e o maior salário não poderia exceder 4,5 vezes, mas após a crise e as medidas emergenciais adotadas nos vários setores da economia, tal diferença hoje já ultrapassa 20 vezes (p. 197 e 198).

Dados comparativos 4: Políticas educacionais em Cuba

- *1ª década e meia da Revolução (1959-1975)*: A partir de 1961 houve campanha de alfabetização (baseada no método do brasileiro Paulo Freire): cem mil estudantes e cem mil operários participaram, depois contando com voluntários idosos e donas de casa, em 10 mil salas de aulas. São considerados heróis nacionais que dão nome às ruas. Em 62 foi erradicado o analfabetismo (de 35%, passou a 2% em 1976). O Estado tornou-se o único responsável pela Educação, com ensino gratuito em todos os níveis e obrigatório até o 6º grau inicialmente. Na gratuidade estão incluídos alimentação completa (café da manhã, almoço e jantar) e todo o material escolar, inclusos os livros. No ensino médio e superior, desde cedo se conjugou estudo e trabalho, com estreito laço entre formação intelectual e prática produtiva, além da criação de Universidades Operárias formando engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas que voltaram a estudar depois de adultos. Escolas rurais são auto-suficientes. No 2º grau há escola de vocações, com foco em carreiras técnicas e científicas (p. 85 a 90).

- *1ª década do século XXI (2004-2009)*: Há 0,2% de analfabetismo entre cubanos maiores de 15 anos. Em 2007, 99,8% dos matriculados no ensino primário concluíram tal etapa, 98,4% o secundário e 76,7% o pré-universitário. Todos os cubanos com 15 a 24 anos têm escolarização mínima de 9 anos e já se fala em universalização do ensino superior. No primário, 91% das salas de aulas têm no máximo 20 alunos, sendo 15 no secundário. O sistema educacional cubano é o 14º melhor do mundo e o 1º dentre os países subdesenvolvidos (UNESCO, 2010). Em 2008 a Unesco declarou que 100% dos professores cubanos são adequadamente preparados; há 1 deles para cada 10 alunos, talvez a maior proporção mundial. O estudante ainda recebe material didático e todas as refeições gratuitamente em escolas de período integral. Não há desnível entre escolas rurais e urbanas. O povo cubano é o mais satisfeito do mundo com sua realidade educacional (GALLUP, 2006): 93% consideram que suas crianças são tratadas com dignidade e respeito (ante 67% na Europa); 96%, que suas crianças têm a oportunidade de aprender e crescer diariamente (ante 74% na Europa); (p. 260 a 298).

Dados comparativos 5: Políticas de saúde em Cuba

- *1ª década e meia da Revolução (1959-1975)*: A saúde tornou-se responsabilidade exclusiva do Estado. Serviços médicos, comércio e indústria do setor foram estatizados. Assim, no posto médico da esquina pode-se obter gratuita e imediatamente atendimento, medicamentos ou encaminhamentos para procedimentos médicos. A taxa de mortalidade infantil passou a ser a menor da AL e de certas regiões dos EUA. Foram erradicados: poliomielite, malária, tuberculose infantil, difteria e tétano. A mortalidade materna caiu drasticamente. Quando da fuga de médicos, Cuba ficou com 1 para cada 2 mil pessoas. Houve então campanha nacional de estímulo ao estudo da Medicina e esta tornou-se preventiva, com foco em campanhas para evitar a necessidade de médicos. Havia, nos anos 1970, 250 hospitais, 330 policlínicas, 400 postos médicos e 2.200 laboratórios de análises e produção de medicamentos, totalizando 3.200 unidades de saúde. Até 1973, foram formados 45 mil enfermeiros, técnicos em odontologia, raio-x e farmácia, além de 7.200 médicos (1 por 1.300 habitantes). Cuba alcançou excelência em saúde e foi pioneira na humanização do tratamento da doença mental. Um dos

antigos manicômios (4000 pacientes) tinha 14 óbitos por dia antes da Revolução. Em um mês, apenas manejando asseio e alimentação, os óbitos caíram para 5 ao mês. Depois veio a humanização do tratamento, copiada em todo o mundo (p. 93 a 97).

- *1ª década do século XXI (2004–2009)*: Cuba está no pelotão das 30 nações mais avançadas do mundo, no campo dos indicadores médico-sanitários e da situação higiênico-epidemiológica. A esperança de vida ao nascer era de 77,8 anos em 2006; a mortalidade infantil era de 4,8 por mil nascidos vivos, independente de raça, região ou condição social (cf. a Unicef, a taxa média mundial é de 52, a da América Latina é 26, dos países desenvolvidos é 5 e dos EUA é 6, mas, neste último, a mortalidade infantil da população negra é de 13 por mil). Foram erradicados: febre amarela, poliomielite, varíola, difteria, caxumba, meningite encefálica, sarampo, coqueluche, rubéola e tétano neonatal. O tétano e a hepatite B deixaram de ser problemas de saúde pública. A dengue não é endêmica. A incidência de tuberculose é a mais baixa das Américas (similar à da Suíça e Alemanha) e os melhores resultados da América Latina no combate à AIDS, malária e outras doenças, cf. o PNUD. A mortalidade materna é similar à dos EUA (21 por cem mil crianças nascidas, enquanto na AL é de 190). Em 2008, o sistema cubano contava com 217 hospitais, 500 policlínicas, 67 mil leitos hospitalares (6 leitos por mil habitantes), 35 salas de terapia intensiva infantil, 87 UTIs para adultos, 160 clínicas odontológicas e 26 bancos de sangue (com 1 doação anual para cada 19 habitantes, quando a OMS preconiza como ideal, 1/20), além de 335 lares maternos, 385 estabelecimentos para idosos e 35 para portadores de necessidades especiais. Unidades pediátricas de terapia intensiva funcionam em todas as províncias, além de outras unidades de ponta. No mesmo ano, o país contava com 74.500 médicos (1 para cada 151 habitantes), dos quais 32.300 são médicos de família, além de 11.234 dentistas e 566 mil trabalhadores diversos do setor (p. 301 a 329).

Dados comparativos 6: Políticas de esporte em Cuba

- *1ª década e meia da Revolução (1959–1975)*: O esporte profissional foi abolido, os times são amadores, com direito a folgas no trabalho para os treinos. Os estádios não cobram ingressos, o

sistema é de portões abertos. Assim, Cuba chegou à excelência no esporte (p.60 a 61).

- *1ª década do século XXI (2004–2009):* Ao ingressar na educação infantil, toda criança começa a praticar educação física regular até o final do curso superior. Em 2008, 3,8 milhões de pessoas (34% da população) eram praticantes sistemáticos de atividades esportivas e recreativas (estão aí inclusos trabalhadores que praticam esportes nas empresas e 199 mil atletas do esporte competitivo, além de participantes de projetos alocados na saúde: ginástica para mulheres, idosos, hipertensos, gestantes e lactantes. Mais de 6 mil instalações esportivas e 1.000 complexos distribuídos em todas as províncias estão abertas gratuitamente à população (p. 379 a 383).¹³

Dados comparativos 7: Políticas de cidadania e participação popular em Cuba

- *1ª década e meia da Revolução (1959–1975):* A nova sociedade baseia-se na responsabilidade individual pelos destinos da coletividade. Foram consolidados o Partido, as Forças Armadas (reduzidas e profissionalizadas) e os Comitês de Defesa da Revolução (CDRs). Os CDRs surgiram para proteger a Revolução dos ataques dos EUA e congregavam 80% da população maior de 14 anos de idade, com 4,8 milhões de filiados. Depois passaram a auxiliar o Estado na solução de problemas sociais (vacinação em massa de crianças, coleta de sucata, vidro e papelão, prevenção de doenças). Fazem também a segurança, não há policiamento ostensivo nas ruas. O presidente do CDR é eleito pelos moradores com mais de 14 anos e torna-se responsável pela vigilância de 100m de rua, nas 2 calçadas. Cada grupo de 20 quarteirões forma uma “zona”, com um coordenador. Adultos válidos recebem treino militar periódico de vários níveis e a maioria opera armamentos, podendo formar contingentes auxiliares das Forças Armadas em caso de emergência. Locais de trabalho são permanentemente guardados por trabalhadores, com escalas de plantões por seção, inclusos funcionários graduados, em finais de semana, noites e feriados (p. 137 a 146).

13 Uma “pirâmide de alto rendimento” na Educação redireciona talentos para escolas especializadas em esportes em cada nível do ensino, provendo a formação acadêmica dos futuros atletas de alto nível (SAITO e HADDAD, 2012, p. 383 a 385).

- *1ª década do século XXI (2004–2009)*: Em 2003, o PCC tinha cerca de 860 mil filiados em cerca de 63.000 núcleos. A filiação ao partido culmina um processo que começa com a indicação de colegas de trabalho e vizinhos, em assembléias. Todos os cargos partidários são eletivos em votações secretas. A União de Jovens Comunistas (UJC) criada em 1962 tem prerrogativas constitucionais para co-elaboração da política oficial sobre a juventude, tendo hoje cerca de 600 mil filiados com idades entre 15 e 30 anos, selecionados entre estudantes e profissionais. O país possui ainda cerca de 2.200 entidades civis de todo tipo. Atualmente, os CDRs formam a maior e mais capilarizada organização cubana: 8,3 milhões de membros em quase 140 mil comitês de moradores, em todas as regiões do país. A Federação das Mulheres Cubanas (FMC) congrega mais de 80% das cubanas acima de 14 anos de idade. A Associação Nacional dos Pequenos Agricultores (ANAP) congrega mais de quatro mil organizações de base (cooperativas várias), que representam 330 mil agricultores associados. Todas estas principais organizações existem desde os primeiros tempos da Revolução, sendo seus pilares de sustentação no cotidiano do país. (p. 216 a 219) ¹⁴

Dados comparativos 8: Políticas judiciárias e penais em Cuba

- *1ª década e meia da Revolução (1959–1975)*: Há juízes graduados e não graduados nos “Colegiados Populares” do sistema de Direito. Todos são escolhidos pela população em assembléias de moradores (exceto o Presidente do Tribunal Supremo e os juízes das salas de apelação). Os mandatos são por tempo limitado e há prestação de

14 Eleições gerais são realizadas a cada 5 anos, com voto facultativo, participação média de eleitores superior a 95%, ótima renovação das casas legislativas em todos os níveis (63% em 2007) e forte presença de mulheres, negros e operários. As candidaturas são por indicação nos locais de trabalho ou bairros; as campanhas garantem equidade aos candidatos; o mandato é imperativo (com prestação de contas bimestral aos eleitores, que podem cassar mandatos); os salários são os mesmos das profissões dos eleitos, que continuam trabalhando normalmente, para além da atuação política; não há “verbas de gabinete” nem “emendas parlamentares”. Consultas populares são frequentes – a Constituição vigente no país, de 1976, foi submetida a toda a sociedade, em mobilização que envolveu 6 milhões de pessoas em 168 mil assembléias, com alterações em 60 dos seus 141 artigos originais. Em 2010, 8 milhões de cubanos discutiram e aprovaram o documento “Diretrizes da Política Econômica e Social”. Vale conhecer melhor tal faceta da cidadania cubana, em Saito e Haddad (2012, p. 12; 25 a 26; 205; 209 a 214).

contas aos eleitores. Juízes leigos recebem o mesmo salário de suas antigas profissões. Não há corpo de jurados. Na sala ficam: réu, testemunhas, promotor, advogado, três juízes e quem mais queira assistir ao julgamento (p. 115 a 122). Os condenados trabalham na prisão e recebem o mesmo salário da atividade exercida no país. Não há mais prisões comuns em Cuba. Todas são abertas (granjas/colônias agrícolas, sem muros ou grades) ou semi-abertas (em colônias agrícolas, onde o preso só se sente assim à noite, ao dormir) (p. 122).

- *1ª década do século XXI (2004-2009)*: Os tribunais de todos os níveis permanecem compostos por juízes profissionais e leigos (que recebem formação específica para atuarem). O Tribunal Supremo Popular (TSP), como os demais, tem independência funcional, apenas, não pode declarar a inconstitucionalidade de qualquer lei (poder reservado à Assembléia Nacional). Juízes profissionais são vitalícios e os leigos das três instâncias são designados (respectivamente) pelas Assembléias Municipais, Provinciais e Nacional (com base em indicações feitas pelas organizações de massa); têm mandatos de 2,5 anos nas cortes municipais, e de 5 anos nas demais cortes. Estima-se que 75% dos crimes cometidos em Cuba sejam julgados no âmbito provincial. Delitos cuja pena prevista é a privação da liberdade por até 8 anos são apreciados por 3 juízes (1 profissional). Acima de 8 anos, a causa será decidida por 5 juízes (3 profissionais). Há cortes de justiça nos 169 municípios do país. Nesse nível, não há câmaras, apenas varas de 1ª instância que decidem sobre crimes menores, que resultam em pequenas multas ou reclusão por menos de 3 anos. Deliberam também sobre litígios civis e trabalhistas, embora a maior parte destes últimos seja em geral solucionada nos órgãos de base da justiça trabalhista, presentes em todas as empresas e compostos por 3 membros (1 eleito diretamente pelos trabalhadores, 1 indicado pela administração e 1 pelo sindicato). Em 2000, 96,5% das contendas disciplinares e 75% das queixas trabalhistas foram solucionadas nos próprios centros de trabalho (p. 220 a 222). O sistema penitenciário cubano pauta-se pelas 95 regras da ONU para tratamento da população carcerária. Réus primários com penas menores de 5 anos recebem medidas alternativas, em geral trabalho social, com internamento ou não (este ocorre

em acampamentos sem grades ou uniformes, com permissão para portar dinheiro e sair sozinho com um passe). Não há separação entre reclusos primários e reincidentes, mas sim alas de segurança máxima, média e mínima, segundo a natureza do crime cometido. Todo preso está vinculado a um trabalho remunerado, com salário idêntico ao da mesma função no país. O dinheiro pode ser poupado, remetido à família ou guardado pela administração, conforme o desejo do recluso. As penitenciárias cubanas dispõem de fábricas em edifícios anexos, além de requererem mão de obra nas cozinhas e áreas de manutenção e limpeza (p. 223 a 226).

Dados comparativos 9: Políticas culturais em Cuba

- *1ª década e meia da Revolução (1959-1975)*: Cuba passou a traduzir obras estrangeiras sem pagar direitos autorais e, em contrapartida, permitir que qualquer obra produzida em Cuba fosse transcrita em qualquer idioma sem o pagamento de direitos. Num só ano, foram editados 34 milhões de livros (23 milhões didáticos – vale lembrar o tamanho da população). Os estudantes recebem livros gratuitamente (da pré-escola à pós-graduação). Livrarias são poucas e “magras”, porque as 1.500 Bibliotecas públicas são completas (p. 59 a 60).
- *1ª década do século XXI (2004-2009)*: Em 2005 cada cubano desfrutou, em média, de 6,1 apresentações ou serviços artístico-culturais. Foram oferecidas cerca de 1.500 atividades por grupo de mil habitantes. Já em 2008, havia no país 372 salas de cinema, 501 de vídeo, 317 casas de cultura (praticamente 1 por município), 19 casas da trova, 263 museus; 117 galerias de arte, 60 teatros e 389 bibliotecas públicas (que receberam 11 milhões de usuários em 2008), resultando em um espaço cultural para cada 5.500 habitantes. (p. 353 a 376).

E, acrescentamos aspectos da atualidade complementares ao quadro dado pelos dados comparativos:

O sistema tributário atual (desde 1994) compreende dois impostos diretos: sobre os lucros das empresas e sobre a renda especial de pessoas físicas (isentos: salários, pensões e receitas das cooperativas não açucareiras), e um sobre vendas, além de gravame sobre mercadorias supérfluas (tabaco, bebidas alcoólicas). Há também um imposto pela utilização de força de trabalho e a contribuição para a seguridade social. Os serviços sociais es-

senciais permanecem gratuitos e, em 2009, apesar de um déficit previsto de 5,6% do PIB, 43,6% dos gastos orçamentários financiaram a política social, cf. aprovado pela Assembléia Nacional no ano anterior (SAITO e HADDAD, 2012, p.158 a 159).

O Estado assegura assim a todos os cidadãos um nível básico de bem-estar, por meio de políticas de assistência e de seguridade social, cujos princípios são a solidariedade e universalidade. Na avaliação da Cepal, a seguridade social cubana é das mais abrangentes do mundo e oferece benefícios, em serviços e em espécie, que incluem, além do já descrito: serviços funerários gratuitos; fornecimento gratuito de próteses e aparelhos ortopédicos, além de bens de consumo e utilidades domésticas (estes últimos, só para as faixas mais carentes da população); auxílios monetários em caso de desemprego, enfermidade, acidente, invalidez temporária e licença-maternidade; aposentadorias por idade ou invalidez; pensão por morte (para cônjuge ou dependentes); subsídios aos itens da cesta básica, a bens e serviços ligados à cultura, lazer, recreação e ao fornecimento de água, luz e gás; subvenção à alimentação em restaurantes sociais destinados a aposentados e pensionistas, e nos refeitórios de empresas e de escolas (Idem, p. 333). Nem no “período especial” os gastos sociais foram cortados, pelo contrário, cresceram: “os investimentos reais per capita na área social cresceram aproximadamente 23% ao ano entre 1993 e 2001, enquanto o incremento médio do PIB foi de 1,6% anual no mesmo período” (Idem, p. 334). Desse modo, em Cuba, “ao contrário do que acontece na maioria dos países, pobreza não significa marginalização”, visto que permanecem a integração social e a assistência, suficientes para a satisfação de suas necessidades básicas — isto “explica a reduzida incidência de pobreza extrema e de indigência, bem como de violência urbana e de criminalidade, no país” (Idem, p. 334-335). O IDH cubano foi de 0,855 em 2008 (48ª posição no mundo – o brasileiro é o 70º), sendo que o que rebaixa este índice é a economia, representada pelo PIB *per capita*, em que o país ocupa a 88ª posição, com US\$ 6.876. Nos demais componentes do IDH Cuba se equipara às potências capitalistas: 32º lugar em longevidade e 15º em educação (Idem, p. 334-335). Ainda, 98% dos domicílios cubanos estão eletrificados; 91% têm acesso à água potável (95% nas cidades e 78% no campo) e 98% contam com rede de saneamento básico. Em 2007, o *World Wildlife Fund* declarou Cuba como “único país do mundo que combina alto desenvolvimento humano com uma adequada sustentabilidade ambiental” (Idem, p.336).

Vemos afinal que, em Cuba, a vida humana em sua totalidade foi reorganizada por meio de políticas específicas e alcançando internamente, entre todos e com todos, os mais altos graus do desenvolvimento humano, conjugando (algum nível persistente de) “pobreza material com bem estar social” (idem, p. 333). É a partir desse quadro geral que apresentaremos, por fim, algumas linhas de reflexão em torno das relações entre políticas sociais e movimentos e organizações sociais, na perspectiva do socialismo.

Reflexões e considerações finais

Uma primeira questão a assinalar diz respeito à necessária ponderação dos elementos estruturais da ilha: suas diminutas dimensões geográficas e demográficas, que possivelmente explicam *em parte* o grau de coesão, consenso social e permanência do modo de vida calcado nas novas formas de organização da vida social, alcançados no último meio século.

Por outro lado, uma vez desenhada uma visão de conjunto minimamente realista acerca dessa experiência, consideramos imprescindível problematizá-la face ao citado contexto de poderosa e multidimensional reação conservadora, sustentado conjuntamente pelo império norte-americano, outras nações alinhadas e pelas sucessivas gerações da burguesia cubana instalada em Miami/Flórida desde os primeiros meses da vitória revolucionária: sabotagem econômica e política, terrorismo, contrapropaganda e roubo de talentos, em especial nos campos científico e esportivo. Em face de tal orquestração, a pergunta que não quer calar é *por que e como o povo cubano, tão diminuto em termos demográficos, territoriais e econômicos, insiste – e consegue em linhas gerais – preservar e aprimorar sua construção revolucionária durante tanto tempo, através de tantas gerações — em particular, a construção do conjunto de políticas de proteção e desenvolvimento sócio-humano?*¹⁵

15 Entendemos que a resposta a esta questão é necessariamente múltipla, complexa e exige uma investigação capaz de resgatar os nervos do projeto revolucionário, naquilo em que este aponta para a emancipação humana enquanto força motriz intrínseca ao desenvolvimento do gênero humano, desde sempre impulsionando as incontáveis revoluções levadas adiante a partir da pré-história da humanidade. Seria preciso, no mínimo, examinar minuciosamente as relações entre a história e atualidade da experiência cubana de materialização do projeto socialista, o que não é possível realizar num artigo. No entanto, vale delinear linhas de reflexão que pontuem aspectos considerados indubitavelmente relevantes para tal exame em profundidade.

Começamos por discutir o que podemos chamar de *timing* do processo de transição entre a situação revolucionária que emergiu em Cuba na segunda metade da década de 1950 e o restabelecimento – melhor dizendo, reordenamento – da vida cotidiana no país. Vale lembrar que a situação revolucionária pode ser definida como uma circunstância basicamente efêmera em termos históricos, na qual um leque de condições objetivas e também subjetivas, finalmente reunidas, permite alcançar *momentos* de consensos entre as principais classes e segmentos interessados nas mudanças, em torno das principais medidas relativas a como transferir os poderes aos seus representantes e a propostas de curtíssimo, curto, médio e longo prazos, obviamente já trabalhadas pelas lideranças revolucionárias junto às mesmas classes e segmentos da população e relativas aos vários campos da vida social.

Na experiência cubana podemos observar *a posteriori* que esse *timing* parece ter sido extremamente curto e rápido: tão só alguns dias, decorridos a partir destes breves momentos de consenso entre lideranças e massas predispostas à mudança — e já quase imediatamente superado pelo “depois” revolucionário. Tal agilidade pode ter sido fator determinante e digno de nota, relativamente à manutenção e continuidade do massivo apoio popular, pois aproveitou a força deste último como um *continuum* a vincular o que era apenas projeto ao que veio a se tornar materialidade, semanas ou meses depois. Tivesse havido *demora* em viabilizar os anseios da população sublevada, é possível que aquele vínculo viesse a se quebrar (ou enfraquecer, ou ser descontinuado) para não mais ser restaurado em profundidade, assim ensejando a formação de oposição interna substantiva, seguramente um *braço* a ser logo alcançado pela pronta reação norte-americana.

O segundo aspecto a pontuar é a substância desta continuidade, ou seja, do que viria imediatamente depois da ruptura com o modo capitalista de organização da vida social e que *precisou estar previamente definido com um grau relativamente alto de detalhamento* (em termos de *conteúdos* das primeiras mudanças, como também em termos de *como* levá-los à materialização, tática e estrategicamente). Houve, inclusive, a *experimentação prévia* de futuras leis do país em povoados da *Sierra Maestra*, nos quais, mesmo antes da transferência do poder político e militar às forças revolucionárias, algumas novas diretrizes e regulamentações já puderam ser forjadas com as populações locais e já eram fatos, antes de se constituírem como direitos e deveres juridicamente formalizados. Em outras palavras, naqueles

territórios íngremes, a massa de trabalhadores rurais pauperizados já foi ouvida, sensibilizada e convidada a viver de acordo com os valores e princípios socialistas. Dentre estes: usufruto coletivo dos bens necessários a todos; solidariedade universal; o bem estar comum como pressuposto do bem estar individual; relações de respeito incondicional ao outro; processo decisório democrático e precedido de debate e esclarecimento da consciência coletiva; controle e combate rigorosos dos movimentos e ações das forças inimigas, assim estimulando a responsabilidade pessoal pela condução coletiva do processo revolucionário; definição de pactos de convivência, incluindo direitos, mas também deveres e atribuições de cada membro das comunidades locais, desenvolvendo dessa maneira os sentidos de utilidade, criatividade e camaradagem, além de potencialidades, habilidades e talentos pessoais.

Por que afirmamos que essa *prévia construção detalhada e já democrática do “depois”* pode ser considerada como uma necessidade imprescindível ao sucesso do projeto socialista? Porque, como vimos antes, assistimos na revolução cubana a uma sequência em que, num primeiro momento, deram-se rupturas no cotidiano da população rural e urbana predispostas à mudança; o momento seguinte, configurado em não mais que alguns dias e horas, foi de tomada ou transferência formal dos poderes e do patrimônio instalados na ilha (fazendas, fábricas, estradas, portos, frotas, sistemas de comunicação, energia, abastecimento – numa palavra, os meios de produção da vida social, acrescidos dos sistemas e equipamentos militares, de segurança e comunicação, do conjunto de estabelecimentos, bens naturais e sociais, estoques de moeda, títulos, mercadorias e sistemas de serviços então existentes). Então, já nas horas e dias que se seguiram (após as ações espontâneas de destruição e/ou queima de símbolos do capitalismo e de seus antigos prepostos: estátuas, bens domésticos e pessoais de luxo, prisões, mansões), a população *continuou a experimentar mudanças materiais, emocionais, intelectuais e espirituais objetivas em seu cotidiano*: cada habitante da ilha passou a ser convocado, dentro de suas capacidades, a tomar parte na execução das primeiras medidas revolucionárias: mutirões de demolição, reconstrução, readequação e reocupação de espaços físicos; mutirões de alfabetização de adultos; reorganização da produção fabril e rural sob outras condições laborais e salariais; reorganização da vida escolar em todas as faixas etárias; cada antigo inquilino pôde sentir a segurança do direito à moradia – apenas para lembrar alguns exemplos do que vimos nas seções anteriores desse estudo.

Vale enfatizar, como vimos na primeira seção, que o povo cubano nunca havia conhecido, de fato, a *emancipação política*, ou seja, a condição de cidadania elementar — em relação a direitos civis, políticos, sociais e humanos (restrita, aliás, aos poucos territórios e frações de classes a partir dos quais o capitalismo tomou suas formas mais desenvolvidas e complexas). Desse modo, já nos dias seguintes à vitória política da revolução, toda a população passou a vivenciar, de maneira instantânea, avanços palpáveis irradiados *de e para* todos os campos da vida pessoal e social, que foram percebidos com intensidade, profundidade e felicidade, na perspectiva da *emancipação humana* (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p.130). O cotidiano da vida social a partir de cada lar, escola, fábrica, escritório, bairro etc — esse “espaço insuprimível” da vida de todos os homens e mulheres, que é ao mesmo tempo *produto histórico e campo de construção histórica* (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 99), *deixou imediatamente de corresponder ao tempo/espaço da alienação, para se configurar como tempo/espaço da construção da desalienação*: individual, coletiva e multidimensional. Em sendo a cotidianidade “um campo de disputa entre alienação e desalienação” (ANTUNES, 1999, *apud op.cit.*) e tendo sido o cotidiano, em Cuba, atravessado por imediatas medidas revolucionárias de caráter substantivamente democrático, a perspectiva de desalienação ganhou uma força possivelmente não verificada (ou, pelo menos, jamais consolidada) nas demais experiências de materialização do socialismo.

Novos valores e práticas invadiram todas as dimensões que definem o cotidiano: a *imediatez* da vida privada e da esfera pública, nos campos das macro-relações sociais (relações entre Estado e Sociedade; relações internacionais; relações entre economia, política, ciência, comunicação e cultura etc); a *superficialidade* de todas as relações humanas, desde as intra e interpessoais até as internacionais; o *pragmatismo*, o *critério da utilidade* e a consciência de si como *ser singular* — que marcam os determinantes da ação humana no cotidiano da alienação — tais dimensões foram *vacinadas* com as projeções de futuro, o critério da verdade e a consciência humano-genérica (mais do que de classe) característicos da cotidianidade politizada deste experimento socialista.

De fato, o cotidiano nunca mais foi o mesmo de antes da vitória política da revolução. E como se dá com algumas vacinas, doses sucessivas de novos valores e novas práticas foram sendo administradas na nova cotidianidade de toda a população que permaneceu na ilha para experimentar

possibilidades de desenvolvimento das individualidades e das coletividades jamais sonhadas (nem no mais paradisíaco país capitalista, visto que de imediato foram concebidas e concretizadas como universais).

Muito se fala, no Ocidente, de um suposto caráter ditatorial da revolução cubana. Os fatos aqui parcialmente exibidos desmentem categoricamente tal mentira ideológica repetida bilhões de vezes em todos os idiomas do planeta, nos últimos cinquenta anos – e que nem por isso alcançou *status* de *verdade*. Além disso, se é verdade que o novo cotidiano cubano, hegemonicamente desalienado e desalienante, tornou-se virtualmente *inescapável* para quem permaneceu em Cuba, é igualmente verdade que: a) todos quantos quiseram realmente escapar puderam fazê-lo a qualquer tempo, dadas as facilidades que o próprio governo revolucionário, mas principalmente os sucessivos governos norte-americanos, sempre colocaram à disposição de todos quantos manifestassem o primeiro sinal de descontentamento – e também para quem jamais manifestou qualquer insatisfação. É importante assinalar esse dado, visto que não há nada mais compulsório e inescapável, sob o capitalismo globalizado, do que o culto religioso da propriedade privada, do consumismo e do individualismo do seu cotidiano alienado; b) nem tudo que é obrigatório é indesejado: as leis elaboradas desde os primeiros tempos da revolução, foram e continuam sendo sistemática e extensivamente discutidas com a virtual totalidade da população da ilha, de modo que, ao se tornarem “compulsórias”, o fazem no contexto do Estado de Direito seguramente mais democrático que a aventura humana já inventou. Assim, cada cubano e cubana foi/é protagonista/partícipe direto do/no Estado Social; se discorda eventualmente de alguns dos resultados finais de uma questão ou lei, reconhece e se submete de bom grado ao que *passou a valer*, porque sabe tratar-se da conclusão de um processo tão amplo quanto possível, não apenas de mera consulta, mas de análise crítica, expressão de pontos de vista e argumentos divergentes, maturação e aprimoramento de proposições: a essência da democracia, mediante conceitos e práticas inimagináveis em sociedades acostumadas a tão somente *votar*, em *pessoas*, jamais em projetos¹⁶.

Vemos, pois, que a experiência cubana apresenta uma materialização ótima deste aspecto que é apontado por analistas de esquerda e de direita

16 Desqualificar tal cotidianidade, sustentada por uma vontade popular culta e maturada durante meio século, como “ditadura”, é um pouco mais que má fé.

como o fator central do fracasso das demais experiências de socialismo real: a democratização do poder político para decidir os rumos da produção e distribuição das riquezas socialmente produzidas.

A persistência com que os cubanos sustentam a continuidade da revolução mesmo em face de seus limitados resultados materiais (em comparação com o mundo capitalista), parece indicar que valorizam mais *os modos imateriais* (empoderadores e plenos de significados em si mesmos) *pelos quais a vida social passou a ser produzida/reproduzida*, do que os resultados eventualmente alcançados a cada período. Quais as razões dessa preferência valorativa? Arriscamos pontuar, concordando com Saito e Haddad (2012), que, de um lado, os cubanos sabem por experiência própria que *o novo sistema opera de tal modo, que tende a sempre generalizar, para toda a população e de modo relativamente rápido, o melhor patamar possível de bem estar material e humano, dentro dos limites colocados pelos recursos disponíveis em cada período*. De outro lado, a princípio talvez intuitivamente e mais tarde devido à escolarização, desenvolvimento pessoal (físico, intelectual e de múltiplas sensibilidades) e cultura geral, os cubanos apreenderam/compreenderam que *o modo socialista de viver em sociedade corresponde ao máximo de humanidade a que se pode aspirar enquanto gênero humano desenvolvido* (ao menos enquanto o mundo permanece sob jugo do capital): *ser protagonista num processo coletivo e incessante de construção de justiça social e felicidade, no qual não há mais contradição insuperável entre o mais alto desenvolvimento das individualidades e o melhor desenvolvimento da coletividade*. Teriam compreendido inclusive a necessidade de conviver, talvez por longo período ainda, com limites rigorosos em áreas diversas da vida e mesmo com relativa pobreza, rodeados por oceanos de supostas abundâncias, sabendo que estas estão absolutamente fora do alcance das majorias nos demais territórios terrestres. A partir da própria experiência histórica e do que vêem ao redor, sabem que muito teriam a perder, em totalidade, para que apenas umas poucas famílias cubanas (e só elas) ganhassem algo (só material), em caso de retorno ao capitalismo¹⁷.

17 Convém assinalar que tais eventuais aprendizados estão possivelmente limitados às gerações que vivenciaram os padecimentos próprios do período pré-revolução e possuem, portanto, referências vividas capazes de assim significar o processo e os resultados até então alcançados.

Indicamos ainda um elemento instigante da aventura cubana: visto ter sido aquela que historicamente mais avançou na materialização de uma formação social *projetada* pelo melhor do gênero humano *para* a totalidade da espécie (e não apenas para as classes dominantes do momento histórico), *precisou encontrar suas próprias respostas para o devir socialista*. Ninguém lhes disse ou determinou como deveriam se organizar por quarteirões ou quais organizações seriam legitimamente representativas dos vários segmentos sociais; nunca fora previsto e nem escrito em lugar algum que a alta burguesia nacional iria literalmente fugir, nem o que deveria ser feito com tantos imóveis e estabelecimentos industriais e comerciais abandonados, ou como deveriam reagir aos ataques mercenários e terroristas do império norte-americano durante 50 anos sem trégua. Em outras palavras, o socialismo cubano tem sido desentranhado rigorosamente da cotidianidade e da realidade de cada família e comunidade da ilha, assim desaguando numa criação coletiva dos milhões de indivíduos, pessoal e multiplamente implicados na sua sustentabilidade e aperfeiçoamento.

Este elemento nos parece especialmente relevante, porque nele aparecem, quase como sendo *a mesma coisa*, os conceitos de *movimentos sociais* e de *organização social de base* – intensamente presentes na literatura socialista e comunista no século XX como uma *dicotomia de pólos fugidios*: sem movimentos sociais fortemente mobilizados e nas ruas, não haveria revolução; mas também, sem organização social de base permanente, não havia como sensibilizar as massas para protagonizarem movimentos sociais, seja reivindicatórios ou revolucionários; e nem haveria como levar adiante e consolidar uma eventual vitória política do projeto revolucionário. Mais que isso: as histórias de tantos partidos e outras organizações de esquerda apresentam um quadro similar, de terem sido aqueles o *saldo organizativo* de vigorosos movimentos de massa ou de base operário-popular; mas, tão logo se organizava o partido (ou o sindicato, ou a associação de bairro), perdia-se a energia, a intensidade, a motivação e o vigor da participação *da base*. Os cubanos, ao contrário, lograram agregar ao cotidiano de suas organizações de massa e de base uma energia própria dos movimentos sociais e até então limitada aos seus momentos de manifestação.

Se considerarmos experiência brasileira de movimentos, organizações e políticas sociais das últimas décadas do século XX; os distintos modelos

do *Welfare State* europeu e do *Badfare* norte-americano¹⁸; ou mesmo as sucessivas edições do mais recente Fórum Social Mundial, o que verificamos (também *a posteriori*) é a subsunção dos vigorosos movimentos sociais que os produziram¹⁹ às lógicas alienantes do capital globalizado. Isto é, *na ausência da perspectiva socialista/revolucionária, mesmo os movimentos sociais mais legítimos e/ou vigorosos não sustentam, ao longo do tempo, sua legitimidade e vigor por meio de organizações de base e de massa*. As lógicas, as dinâmicas, as estratégias e as tecnologias do capital globalizado, em sua cotidianidade alienada e alienante, terminam por enfraquecer e/ou destruir as condições de conquista de novos patamares de bem-estar material e imaterial.

As histórias das forças de esquerda no mundo também nos ajudam a ver, na experiência cubana, *o acerto de suas lideranças em apostar na capacidade da população* de apoiar ativa e permanentemente o processo de ruptura com a velha ordem e de construção da nova maneira de viver, pressuposto da delegação de poder político. Vimos antes como a rápida articulação entre (novo) governo, sociedade e Estado – este último abarcando todo o patrimônio material e imaterial do país e transformado em estrutura pública a serviço da coletividade, em cada nível – canalizou favoravelmente ao projeto socialista, todo vigor e criatividade dos movimentos e organizações sociais então existentes (inclusive impulsionando a criação de outros, como a Juventude Comunista), além da confiança e dos melhores anseios dos cubanos(as), pela primeira vez, cidadãos de direito e de fato numa democracia em que todos os campos da vida social são passíveis de problematização e reordenamento.

Com efeito, o único modelo societário que não pode emergir nem subsistir sem a democracia substantiva dada pela existência de movimentos e organizações sociais legítimos e vigorosos enquanto realidades fundidas e permanentes é precisamente o socialismo. Assim o demonstram os processos de *retorno ao capitalismo* entre os povos da China, da Alemanha, da Rússia e entorno (e alguns outros, bem menores em tamanho e memória

18 “No decorrer dos dois últimos anos, o número de [norte] americanos empobrecidos atingiu o nível mais alto de todos os tempos (...) Atualmente, mais de 46 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza nos EUA”, cf. a economista Catherine Rueschlin (in: MARTINS, 2013, p. 1).

19 O sindicalismo europeu, os movimentos negros e de massa norte-americanos dos anos 1960, o Movimento dos Sem-Terra e o que restou das Comunidades Eclesiais de Base brasileiras, a título de exemplos.

coletiva): foram iniciativas que temeram o poder popular a partir de algum momento, ou jamais o absorveram, ou ainda utilizaram-no para o rejeitarem em seguida, naufragando em função da conjugação entre o acúmulo de insatisfações e problemas internos, e as pressões e ações externas visando à restauração capitalista, afinal vitoriosa.

E assim o demonstrou Cuba, que se mantém como *pulga efetivamente democrática atrás da orelha intrínseca e crescentemente despótica do capital*. Mas, ao contrário da insignificância das pulgas, vimos como a experiência de *socialismo real* da ilha se reveste da mais alta importância nestes tempos bicudos de movimentos “espontâneos” no planeta, em parte resultantes de mobilizações a partir das “redes sociais”, “anti-partidários”, “anti-organizativos” e difusamente “contra” tantas mazelas inerentes às sociedades capitalistas, portanto, inextirpáveis nesse modelo societário, só podendo ser superadas de forma consistente, responsável e consequente, com a superação do próprio capitalismo.

Assim, por tudo quanto vimos tão *en passant* nesse artigo e nessas reflexões finais, há muito a resgatar num criterioso cotejamento entre as históricas teorias emancipatórias e a mais avançada experiência emancipatória levada adiante após o advento do capitalismo.

Ainda, na condição de pesquisadores do campo das políticas sociais, não podemos dedicar menos que um lugar de centralidade ao estudo metódico da *gestão das políticas sociais na perspectiva socialista*²⁰. Também aqui, tanto na dimensão do *processo de elaboração e de implantação* de políticas (o famoso *como*), quanto na dimensão dos seus conteúdos e substância (o famoso *o quê*), é imperioso *apreendermos as formas pelas quais todas as políticas públicas se tornam sociais*: do planejamento da produção industrial às relações judiciais; da eleição de juizes às decisões quanto a investimentos, prioridades e prazos; do manejo da moeda e das finanças às definições relativas aos serviços de cada bairro. Podemos então afirmar que, quando “nem todas” as políticas públicas são de fato sociais, nenhuma em particular pode sê-lo efetiva e plenamente. Pois restam políticas fora de alcance em relação às maiorias, apropriadas por parcelas minoritárias e direcionadas aos seus interesses específicos; neste caso, as demais políticas se revestem tanto do

20 Um dado interessante, que não há como desenvolver aqui, foi a decisão de Cuba, de suprimir o nível intermediário de gestão política (equivalente ao nosso nível estadual), cf. Fernandes (2012, p. 283 e seguintes).

caráter de *restantes* (no sentido de sobrantes, portanto, fragmentárias e incapazes de efetividade no avanço da qualidade *da totalidade* da vida social); além disso, tornam-se mera e necessariamente *utilitárias* em relação aos interesses privados/minoritários, isto é, úteis à reprodução do *status quo* e, em decorrência, *concessões* destinadas a preservar o caráter verdadeiramente *anti-social* das políticas realmente estratégicas ao capital (VIEIRA, 1995).

Outra pesquisa não menos essencial passa pela apreensão *dos modos pelos quais podemos (e precisamos) envolver os principais interessados* na elaboração e implantação de políticas públicas efetivamente sociais. Nesse sentido, este breve estudo sobre Cuba evidencia que precisamos pensar sempre em termos de *políticas públicas duplamente sociais*: não apenas *para* os principais interessados (conteúdos), mas *com eles* (processos) desde o momento da sua concepção. Isto implica voltarmos à questão dos movimentos e das organizações sociais de base, e percebermos a centralidade da perspectiva político-pedagógica do campo das políticas sociais, o qual integra a nossa cotidianidade alienada, sendo parte constitutiva da grande arena de disputas entre alienação e desalienação.

Ou seja, à luz do que observamos até aqui não é mais possível limitar a reflexão acerca das nossas políticas sociais aos seus aspectos orçamentários, operacionais, institucionais, burocráticos, tecnológicos ou mesmo à integração entre tais aspectos ou entre as várias políticas setoriais. Isto seria mais do que empobrecer a reflexão, seria mutilá-la, isolando da pesquisa e da produção de conhecimentos nesse campo o que lhe é mais central: o debate em torno do modelo societário dentro do qual elas ocupam necessariamente um lugar político estratégico. Vimos como, na ilha caribenha, a relativa superação da questão social (QS) não implicou o fim das políticas sociais (estas definidas no mundo capitalista, acertadamente, como respostas do Estado às expressões da QS, à moda de uma *colcha de retalhos que, ao cobrir os pés, descobre a cabeça*)²¹; pelo contrário, significou a *apropriação*,

21 Conceito que pode ser compreendido a partir da principal contradição do capitalismo (em verdade, a *mãe* do modelo e da devastação sócio-humana e ambiental que ele necessariamente produz e reproduz): propriedade e acumulação privadas (dos meios de produção e das riquezas produzidas) *versus* produção social das riquezas materiais e imateriais garantidoras da vida humana. Para a discussão sobre como a questão social se desdobra em múltiplas expressões nos diferentes tempos e espaços do desenvolvimento capitalista, provocando resistências e demandando políticas sociais, ver, entre outros, Behring e Boschetti (2006).

pela população, do manejo da totalidade das políticas públicas, aprofundando crescentemente o caráter social de cada uma e da totalidade integrada e coerente que configura o seu conjunto.

Concluindo, diremos que o campo das políticas sociais comporta e exige resgatar *a politização da discussão sobre políticas sociais no Brasil*. Se pesquisa é produção metódica e rigorosa de conhecimentos teórica e empiricamente fundamentados, o seleto segmento dos pesquisadores em políticas sociais precisamos recuperar os fundamentos do nosso *objeto*, contextualizá-lo frente às realidades brasileira e global, mas também elaborar e explicitar o tipo de enquadramento e direção que propomos em face dele, em sua atualidade e devir.

Referências Bibliográficas

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. Política Social, fundamentos e história. In: *Biblioteca Básica/Serviço Social*, vol. 02. São Paulo, Cortez, 2006.

FERNANDES, Florestan. *Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 3ª Ed., 2012.

MARTINS, José. Capitalismo Selvagem. In: *Crítica da Economia*. NEP 13 de Maio. São Paulo, 2013, Boletins nº 1168 e 1169.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, Classe e Movimento Social*. Biblioteca do Serviço Social, Volume 5. São Paulo, Cortez, 2011.

MORAIS, Fernando. *A Ilha*. São Paulo, Cia. das Letras, 2010 .

_____. *Os Últimos Soldados da Guerra Fria*. São Paulo, Cia. das Letras, 2011.

NEP 13 de Maio. *História das Revoluções e do Pensamento Marxista*. São Paulo, Mímeo, s/d.

_____. *A Revolução Cubana. Texto de Estudo*. Disponível em (acesso em 29/10/2013): <http://pt.scribd.com/doc/143670565/A-revolucao-cubana-texto-de-estudo-do-NEP13M>.

NETTO, José Paulo. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. São Paulo, Cortez, 4ª Edição, 2007.

SAITO, Hideyo e HADDAD, Antonio Gabriel. *Cuba Sem Bloqueio*. São Paulo, Radical Livros, 2012.

VIEIRA, Evaldo. *Estado e Miséria Social no Brasil. De Getúlio a Geisel*. São Paulo, Cortez, 1995.

* Eliane Ganev tem formação em Serviço Social (atual UNISANTOS, 1985), é Doutora em Integração da América Latina (PROLAM/USP, 2002), Mestre em Ciências da Comunicação (ECA/USP, 1998) e docente titular do Mestrado de Políticas Sociais e do Bacharelado em Serviço Social da Universidade Cruzeiro do Sul (São Paulo, SP).

<eliane.ganev@cruzeirosul.edu.br>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Mavi Pacheco Rodrigues

VICE-DIRETOR

Marcelo Braz

**DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)

José Paulo Netto (ESS - UFRJ)

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)

Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Luis Eduardo Acosta Acosta (ESS-UFRJ)

Rogério Lustosa Bastos (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal), Ana Elizabete Mota (UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS), Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga (PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra), Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete Simionatto (UFSC-SC), José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim (UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-RJ), Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA), Maria das Dores Campos Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de

Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria Lucia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy (EHESP-França), Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP), Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra), Valéria Forti (UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP), Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Maria de Fátima Migliari

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
praiavermelha.ess.ufrj.br

Foto de Capa: Manfred Brückels